



Brasília-DF, 29 de setembro de 2025

SESSÃO DE DEBATES TEMÁTICOS

## PRECARIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO: PEJOTIZAÇÃO, TERCEIRIZAÇÃO E INTERMEDIÇÃO

Requerente: senador **Paulo Paim**

📅 29.09 🕒 10h 📍 Plenário do Senado Federal

Guarulhos/SP; e José Roberto Campos (*Betinho*), presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria de Papel, Papelão e Cortiça de São Paulo, além de outros dirigentes sindicais e trabalhadores que reforçaram a importância da mobilização coletiva em defesa dos direitos da categoria.



## Reunião Sociopolítica reúne trabalhadores e parlamentares em São Paulo



No dia 26 de setembro, o Sindicato dos Trabalhadores do Papel e Papelão de São Paulo promoveu uma reunião sociopolítica que contou com a presença de associados, lideranças sindicais e parlamentares. O encontro teve como objetivo ampliar o diálogo entre a categoria e representantes do poder legislativo, fortalecendo o espaço de debate democrático.

Durante a atividade, os trabalhadores ouviram e questionaram diretamente os deputados presentes: o federal Orlando Silva e o estadual Márcio Nakashima. Também marcaram presença no evento José Francisco Filho, membro do Conselho Fiscal da CNTI; Eduardo Henrique Neves, Secretário da Região Sudeste/CNTI e presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Papel de

## Deputados repudiam chantagem para aprovar anistia em troca da isenção do IR

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (*Republicanos-PB*), agendou para quarta-feira (1º) a votação do projeto de isenção do IR



Ato no Rio de Janeiro contra PEC da Blindagem e anistia  
(Foto: Tânia Rêgo/Agência Brasil)

Deputados da extrema direita iniciaram mais uma chantagem contra o povo brasileiro. Ou a base do

Brasília-DF, 29 de setembro de 2025

governo topa aprovar o projeto de anistia e a dosimetria de penas aos golpistas, ou eles vão impedir a votação do projeto de isenção do Imposto de Renda (IR) para quem ganha até R\$ 5 mil e redução proporcional para os que recebem até R\$ 7,3 mil.

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), agendou para quarta-feira (1º) a votação do projeto de isenção do IR, mas a bancada bolsonarista quer condicionar essa votação ao perdão para os que atentaram contra a democracia.

Parlamentares acreditam que Motta tem um único caminho a partir de agora: não pautar a anistia, pois se a Câmara insistir em misturar os temas, vai entrar novamente em contradição com as ruas.

“Não há vinculação da matéria do Imposto de Renda com qualquer outra. Essa associação foi feita de maneira incorreta”, disse Motta na quinta-feira (25).

No Senado, as grandes mobilizações no último domingo (21) foram determinantes para o enterro da PEC da Blindagem na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Além disso, os senadores aprovaram na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE), na quarta-feira (24), projeto de isenção de IR de igual teor. Aprovada por unanimidade e em caráter terminativo, a matéria seguiu para a Câmara.

“Vergonha! A direita segue fazendo chantagem, tentando avançar com a anistia aos golpistas em troca de zerar o IR de quem ganha até R\$ 5 mil. Não teremos um novo golpe! Na CAE do Senado, uma versão do projeto foi aprovada e em breve venceremos essa batalha”, prevê o vice-líder do governo no Congresso, deputado Daniel Almeida (PCdoB-BA).

Para o vice-líder do governo na Câmara, deputado Márcio Jerry (PCdoB-MA), os parlamentares da direita não terão sucesso em mais essa manobra. “Vamos votar o PL da isenção do imposto de renda para quem ganha até R\$ 5 mil e redução do tributo para quem ganha até R\$ 7,3 mil. Pauta importante para milhões de brasileiros e brasileiras. E nada de anistia para criminosos”, adverte.

“Olho aberto, Brasil! Na Câmara, a prioridade não é o povo. Só topam votar a isenção do Imposto de Renda depois de garantir a anistia de Bolsonaro e dos demais golpistas. A pauta do povo eles empurram, mas a pauta da bandidagem anda rápido!”, reage a ex-deputada Perpétua Almeida (PCdoB-AC).

Fonte: Portal Vermelho

## Motta diz que aguarda conversa de relator com bancadas para decidir se pauta anistia

*Presidente da Câmara afirmou que não conversou com o presidente do Senado sobre o tema*



Marina Ramos / Câmara dos Deputados

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), afirmou que ainda não tem uma “temperatura” sobre a proposta da anistia entre as bancadas da Casa.

Segundo ele, o relator do texto, deputado Paulinho da Força (Solidariedade-SP), está conduzindo as conversas com os líderes e faltam alguns partidos para serem ouvidos. Motta disse que precisa de um tempo para ver o sentimento da Casa para saber se pauta ou não o texto.

“Não tenho uma temperatura de como está a conversa do relator com as bancadas, preciso de um pouco mais de tempo para entender o sentimento da Casa e decidir se pauto ou não o projeto”, disse Motta em entrevista coletiva.

### Senado

Questionado se teme que a Câmara passe novamente pelo desgaste de aprovar uma proposta impopular como o texto da anistia, com o risco de ser rejeitado pelo Senado, tal como a PEC das Prerrogativas, Motta afirmou que cada Casa tem sua independência e seu protagonismo.

“Vamos construindo o diálogo que for necessário para que as Casas interajam no interesse da população”, afirmou.

Hugo Motta disse que ainda não conversou sobre o tema da anistia com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), e negou que haja algum sentimento de traição pelo fato de os senadores terem rejeitado a PEC das Prerrogativas.

“O Senado estava atento às movimentações da Câmara. A Câmara cumpriu seu papel, e o Senado

Brasília-DF, 29 de setembro de 2025

entendeu que não devia seguir”, declarou o presidente.

Fonte: Agência Câmara

## Contra decisão de ministro sobre JBS, fiscais do Trabalho deixam cargos

*Renúncia coletiva é protesto contra medida do ministro Luiz Marinho de puxar para si próprio decisão final sobre a entrada da JBS Aves na Lista Suja do trabalho escravo*



Ao menos nove auditores fiscais do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego) deixaram cargos de coordenação regional de combate ao trabalho escravo em todo o país, nesta quinta-feira (25). O anúncio foi feito durante reunião da Conatrae (Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo), espaço que reúne autoridades públicas e entidades da sociedade civil.

A renúncia coletiva é um protesto contra a medida do titular da pasta, Luiz Marinho, de puxar para si próprio a decisão final sobre a entrada da JBS Aves, empresa da maior processadora de proteína animal do mundo, na chamada Lista Suja do trabalho escravo. O cadastro oficial do governo federal torna públicos os dados de empregadores responsabilizados por auditores fiscais do MTE por essa prática.

A falta de um coordenador regional não inviabiliza, mas prejudica e atrasa o planejamento de operações de resgate de trabalhadores e a articulação com outros órgãos públicos envolvidos nessas ações, como PF (Polícia Federal) e MPT (Ministério Público do Trabalho). Existem 22 regionais no Brasil.

Em nota, a assessoria de imprensa do MTE afirmou que ainda não recebeu os pedidos oficiais de entrega dos cargos. O posicionamento diz que o ministro “exerceu sua prerrogativa legal”. Segundo o texto, “a JBS alega que não foram considerados os recursos apresentados e aponta inconsistências no auto de infração”. Diante disso, o ministro “encaminhou o

processo à Consultoria Jurídica do Ministério, responsável por avaliar juridicamente as alegações”.

Matéria completa:

<https://reporterbrasil.org.br/2025/09/decisao-ministro-jbs-fiscais-cargos/>

Fonte: Repórter Brasil

## Comissões debatem convenção internacional sobre combate a violência e assédio no trabalho

GettyImages



*A convenção precisa ser aprovada pelo Congresso Nacional*

As comissões de Defesa dos Direitos da Mulher; e de Trabalho da Câmara dos Deputados realizam audiência pública nesta terça-feira (30) para discutir a proposta que aprova a convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que trata de violência e assédio no trabalho.

O debate será realizado às 10 horas, no plenário 14, a pedido da deputada Juliana Cardoso (PT-SP) e do deputado Alexandre Lindenmeyer (PT-RS).

### O que é a Convenção 190

A Convenção 190 reconhece o direito de todas as pessoas a um ambiente de trabalho livre de violência e assédio, abrangendo violência física e assédio sexual e moral.

Mais de 40 países já ratificaram o tratado. O Brasil anunciou a intenção de fazê-lo em 2023, mas o processo ainda está em análise no Congresso Nacional.

A Convenção 190 já foi encaminhada à Câmara dos Deputados pelo Poder Executivo (MSC 86/23). O tratado só entra em vigor no Brasil depois que for aprovado pelo Congresso Nacional (Câmara e Senado).

Segundo Juliana e Lindenmeyer, não ratificar o tratado seria perder a oportunidade de fortalecer políticas de prevenção ao assédio e à violência no trabalho.

**Brasília-DF, 29 de setembro de 2025**

### **Influência no Brasil**

Mesmo sem a ratificação, a convenção já tem impacto no país. Um estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) mostra que a Justiça do Trabalho vem citando a norma em várias decisões:

- Em 2019, foram 14 citações.
- Em 2023, esse número chegou a 276.
- Em 2024, já foram mais de 396 menções em tribunais regionais.

O Tribunal Superior do Trabalho também fez 8 citações diretas à Convenção 190.

Segundo os parlamentares, a legislação brasileira não tem um conceito claro sobre assédio moral, e a convenção ajuda a preencher essa lacuna.

Fonte: Agência Câmara

### **Não existe conflito com o Supremo, afirma novo presidente do TST**

Secom TST



*Vieira de Mello Filho sucede o ministro Aloysio Corrêa da Veiga na Presidência*

O novo presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministro Vieira de Mello Filho, assumiu o cargo pregando o respeito ao Supremo

Tribunal Federal e às suas decisões, mas sem deixar de preservar as atribuições concedidas pela Constituição Federal à Justiça do Trabalho.

Empossado na quinta-feira (25/9), ele prometeu manter a defesa da Justiça Trabalhista, disse que os juízes do Trabalho não devem ser artífices da retirada de direitos de quem mais precisa e apontou a necessidade de convergência entre a atuação do Judiciário e a pauta social.

“Não há conflito, nem poderia haver: o Supremo Tribunal Federal é a instância máxima do Judiciário e ele próprio reconheceu a nossa competência para, a partir do exame dos fatos, reconhecer relações de emprego, proteger relações de trabalho e coibir tentativas de fraude.”

O discurso tratou de um dos principais pontos de conflito entre as cortes, as ações sobre pejetização. A Justiça do Trabalho recebeu 460 mil novas ações sobre reconhecimento de relação de emprego em 2024.

Desde que julgou lícita a terceirização de serviços, em 2018, o STF vem recebendo uma enxurrada de reclamações constitucionais contra decisões

trabalhistas. O Supremo ainda vai decidir a constitucionalidade da contratação de trabalhadores autônomos ou pessoas jurídicas para a prestação de serviços.

### **Espírito de presidente**

Em seu discurso, Vieira de Mello Filho disse que assume a Presidência do TST com espírito de consciência e ação, comprometido com a defesa da Justiça do Trabalho e de sua competência, além de alinhado a um Judiciário integrado, unido, cooperativo e soberano.

Ele indicou que pretende dar uma atenção especial ao assédio eleitoral dos empregadores sobre os trabalhadores, de olho nas eleições presidenciais de 2026. E reforçou a importância de o TST firmar teses para pacificar a jurisprudência trabalhista.

“Não devemos ser artífices da retirada dos direitos de quem mais precisa, como também do acesso à Justiça. Não é nosso papel legislar. E quem define os destinos de um país que se diz democrático é a Constituição Federal”, disse o presidente.

Ele ainda pediu “mais convergência política e da pauta social para assegurar a existência de um trabalho decente, com proteção e perspectiva de um futuro profissional com capacidade para empregos do futuro, além da segurança da família brasileira”.

Fonte: Consultor Jurídico



**Mês de Conscientização e Prevenção ao Suicídio**

**setembro amarelo**

A vida é a melhor escolha.

A vida é um presente, e este mês nos lembra de valorizar cada momento e oferecer uma mão amiga a quem precisa.

Busque ajuda!  
Ligue: 188

SECRETARIA PARA ASSUNTOS DO TRABALHO DA MULHER, DA JUVENTUDE E DO IDOSO - CNTI